Mapa Nacional
da Violência
de Gênero

DO DADO À DECISÃO

Um guia para interpretar evidências sobre violência de gênero

REALIZAÇÃO

10 ANOS G1

APOIO

INSTITUTO MATTOS FILHO

instituto natura

Observatório da Mulher contra a Violência

Instituto de Pesquisa DataSenado

Secretaria de Transparência

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

CAPÍTULO 1
POR QUE DADOS IMPORTAM PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO? 9

CAPÍTULO 2
COMO LER DADOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO 15

CAPÍTULO 3
DE ONDE VÊM OS DADOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO? 25

CAPÍTULO 4
O QUE OS DADOS PERMITEM RESPONDER? 35

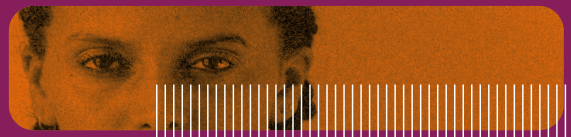
CAPÍTULO 5
TRANSFORMANDO DADOS EM AÇÃO 41

CAPÍTULO 6
QUALIDADE DOS DADOS É POLÍTICA PÚBLICA 51

CAPÍTULO 7
CONHEÇA O MAPA NACIONAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO 59

CAPÍTULO 8
GUIA PRÁTICO + CHECKLIST 67

APRESENTAÇÃO



COMPOSIÇÃO COM FOTOS DO UNSPLASH E PEXELS

A violência contra mulheres e meninas é um fenômeno complexo, persistente e profundamente marcado por desigualdades de gênero, raça, território, classe social e geração. Compreender essa realidade exige mais do que contabilizar ocorrências. Exige produzir, interpretar e comunicar evidências capazes de revelar padrões, identificar lacunas na proteção e orientar respostas mais efetivas do Estado e da sociedade.

Nos últimos anos, o Brasil ampliou significativamente a produção de informações sobre violência de gênero. Registros administrativos, pesquisas de vitimização, dados do sistema de justiça e estatísticas de saúde passaram a oferecer um conjunto cada vez mais robusto de evidências sobre diferentes dimensões desse fenômeno. Ao mesmo tempo, persistem desafios importantes relacionados à fragmentação das bases de dados, à subnotificação dos casos, às desigualdades na qualidade dos registros e às dificuldades de integração entre sistemas.

Nesse contexto, interpretar dados tornou-se tão importante quanto produzi-los. Um indicador isolado raramente é suficiente para explicar a realidade. É o cruzamento entre diferentes fontes, a compreensão de seus limites e potencialidades e a leitura crítica das evidências que permitem transformar informações em conhecimento e conhecimento em ação.

Foi a partir dessa perspectiva que a **Gênero e Número** desenvolveu esta publicação. Mais do que um guia para consulta de indicadores, esta cartilha reúne conceitos fun-

damentais, apresenta as principais bases de dados sobre violência de gênero disponíveis no país e oferece caminhos para interpretar evidências e utilizá-las na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas, na atuação do sistema de justiça, na produção de pesquisas e na cobertura jornalística.

Ao longo desta publicação, utilizamos como principal estudo de caso o **Mapa Nacional da Violência de Gênero**, uma plataforma pública que integra diferentes bases de dados oficiais sobre violência contra mulheres e meninas. Desenvolvido pela **Gênero e Número** em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal e o Instituto Natura, o Mapa reúne informações provenientes dos sistemas de segurança pública, saúde, justiça, relações exteriores e pesquisas de opinião, permitindo uma leitura mais abrangente e integrada do fenômeno da violência de gênero.

Mais do que disponibilizar dados, o Mapa busca ampliar o acesso à informação qualificada e fortalecer uma cultura de tomada de decisão baseada em evidências. Ao reunir diferentes fontes em uma única plataforma, contribui para tornar visíveis desigualdades, identificar tendências, apoiar pesquisas, subsidiar políticas públicas e fortalecer mecanismos de transparência e accountability.

Esta cartilha nasce com o mesmo propósito. Destina-se a profissionais do sistema de justiça, gestoras e gestores públicos, pesquisadoras e pesquisadores, jornalistas, organizações da sociedade civil e todas as pessoas interessadas em compreender como os dados podem contribuir para o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas cis e trans.

Em um momento em que a qualidade da informação se torna cada vez mais decisiva para a garantia de direitos, esperamos que este material contribua para ampliar a capacidade de formular perguntas mais qualificadas, produzir diagnósticos e transformar dados em evidências capazes de fortalecer políticas públicas, aprimorar a resposta institucional e ampliar o acesso à justiça.

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE HANNAH BUSING/UNSPLASH

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE RALPH RABAGO/PEXELS

CAPÍTULO 1

POR QUE DADOS IMPORTAM PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

A violência contra mulheres e meninas é um fenômeno complexo, que assume diferentes formas e afeta grupos de maneira desigual. Embora esteja presente em todas as regiões do país, ela nem sempre aparece da mesma forma nas estatísticas. Muitos casos não chegam aos serviços públicos, não são registrados ou permanecem invisíveis por barreiras de acesso à proteção e à justiça.

Nesse contexto, produzir e interpretar dados é uma forma de tornar essa realidade mais visível. Os registros administrativos, as pesquisas e os indicadores permitem compreender a dimensão da violência, identificar quem são as mulheres mais afetadas, onde estão as maiores desigualdades e como esse cenário muda ao longo do tempo.

Mais do que meros números, os dados ajudam a transformar experiências individuais em conhecimento coletivo, permitindo que problemas estruturais sejam reconhecidos e enfrentados.

DADOS FORTALECEM DECISÕES

Todos os dias, instituições públicas, organizações da sociedade civil e profissionais do sistema de justiça tomam decisões que impactam diretamente a vida das pessoas. Elas envolvem desde a criação de políticas públicas até a definição de prioridades de investimento, atuação em processos judiciais e a implementação de serviços de proteção.

Quando essas decisões são tomadas sem informações confiáveis, aumenta-se o risco de que recursos sejam direcionados para os lugares errados, de que grupos historicamente invisibilizados permaneçam sem atendimento e de que problemas estruturais deixem de ser enfrentados.

Os dados ajudam, por exemplo, a identificar quais territórios concentram maiores índices de violência, quais grupos enfrentam maiores barreiras de acesso aos serviços de proteção e quais políticas têm produzido melhores resultados.

É nesse contexto que os dados assumem um papel estratégico: eles representam uma forma de compreender a realidade, identificar padrões, monitorar mudanças ao longo do tempo e produzir evidências capazes de orientar decisões mais transparentes, eficazes e comprometidas com a garantia de direitos.

No entanto, os dados não falam por si. Eles precisam ser produzidos com qualidade, interpretados de forma crítica e analisados à luz do contexto social, político e histórico em que são gerados.

OS DADOS NÃO SUBSTITUEM A REALIDADE

Apesar de sua importância, os dados não contam toda a história.

Nenhuma base de informações consegue registrar integralmente a experiência da violência. Há casos que nunca chegam aos serviços públicos, diferenças na forma como os registros são produzidos e desigualdades na capacidade institucional entre municípios e estados.

Por isso, utilizar dados de maneira responsável significa reconhecer tanto seu potencial quanto seus limites. Os números não substituem a escuta das mulheres, o conhecimento produzido pelos movimentos sociais ou a experiência dos profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência. Eles complementam essas perspectivas e fortalecem a construção de diagnósticos mais qualificados.

O olhar da Gênero e Número

Dados não são neutros. Eles refletem escolhas sobre o que registrar, como registrar e quais informações são consideradas relevantes. Por isso, produzir e interpretar evidências também é um compromisso com a transparência, a qualidade da informação e a garantia de direitos.

UMA CULTURA DE DECISÕES BASEADAS EM EVIDÊNCIAS

Nos últimos anos, o Brasil ampliou significativamente a disponibilidade de informações sobre violência contra mulheres e meninas. Hoje, diferentes sistemas públicos registram ocorrências relacionadas à segurança pública, saúde, justiça e assistência social, enquanto pesquisas nacionais ajudam a compreender aspectos que muitas vezes permanecem invisíveis nos registros oficiais.

O desafio já não é apenas produzir mais dados, mas utilizá-los de forma crítica e integrada.

Fortalecer uma cultura de decisões baseadas em evidências significa transformar informações em conhecimento capaz de orientar políticas públicas, pesquisas, reportagens e ações institucionais.

É essa perspectiva que orienta esta cartilha e também o desenvolvimento do Mapa Nacional da Violência de Gênero.

DADOS TAMBÉM REVELAM DESIGUALDADES

A violência de gênero não pode ser tratada como um fenômeno isolado. Ela representa um conjunto multifacetado de violações e desigualdades que comprometem a vida das mulheres. Nesse sentido, os dados assumem papel central, não como um fim em si mesmos, mas como insumo estratégico para compreender essa problemática, bem como subsidiar a formulação de políticas públicas eficazes.

A violência contra mulheres e meninas não afeta todas as pessoas da mesma forma.

Ela é atravessada por fatores como raça, território, renda, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero e acesso às políticas públicas. Ignorar essas diferenças significa produzir diagnósticos incompletos e, consequentemente, respostas institucionais menos efetivas.

Por isso, a análise de dados deve ir além dos números absolutos.

Observar recortes territoriais, raciais, geracionais e socioeconômicos permite identificar quais grupos enfrentam maiores barreiras de acesso à proteção, quais permanecem invisíveis nos registros oficiais e onde as políticas públicas precisam ser fortalecidas.

Mais do que medir a violência, os dados ajudam a compreender como diferentes desigualdades se combinam e produzem formas distintas de vulnerabilidade.

DADOS FORTALECEM POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO À JUSTIÇA

A utilização sistemática de evidências permite que governos, instituições do sistema de justiça e organizações da sociedade civil atuem de maneira mais estratégica.

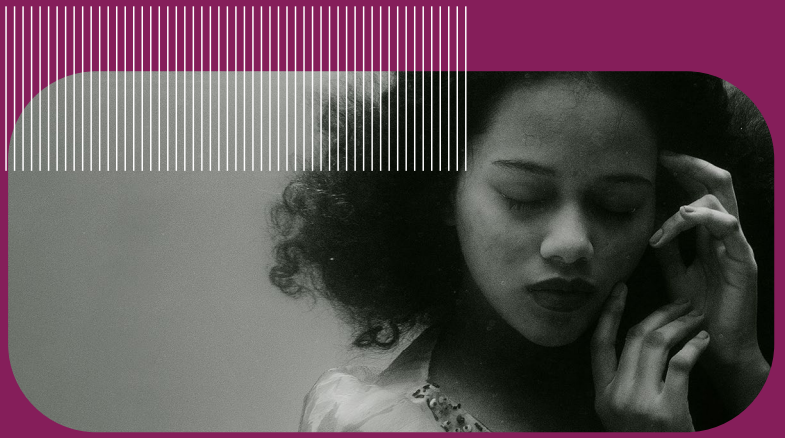
Ao identificar onde a violência é mais intensa, quais grupos enfrentam maiores dificuldades para acessar direitos ou quais políticas apresentam melhores resultados, torna-se possível direcionar recursos, aperfeiçoar serviços e monitorar o impacto das ações implementadas.

Os dados também fortalecem a transparência pública. Ao tornar informações acessíveis e comparáveis ao longo do tempo, ampliam a capacidade da sociedade de acompanhar a atuação do Estado, cobrar resultados e participar da construção de políticas mais efetivas.

Produzir e utilizar evidências não é apenas uma prática técnica. É também uma estratégia para fortalecer a democracia, ampliar a accountability das instituições públicas e promover a garantia de direitos.

Ao longo desta cartilha, veremos que interpretar dados exige mais do que conhecer números ou utilizar plataformas de consulta. Exige compreender como as informações são produzidas, reconhecer seus limites e potencialidades e utilizá-las de forma responsável para enfrentar problemas públicos complexos.

No próximo capítulo, apresentaremos os principais conceitos necessários para interpretar dados sobre violência de gênero, oferecendo uma base comum para a leitura dos indicadores e das diferentes fontes de informação apresentadas ao longo da publicação.



COMPOSIÇÃO COM FOTO DE KENNETH SURILLO/PEXELS

CAPÍTULO 2

COMO LER DADOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Os dados são uma das principais ferramentas para compreender a violência contra mulheres e meninas. No entanto, sua interpretação exige cuidado. Um mesmo indicador pode sugerir conclusões diferentes, dependendo do contexto em que é analisado, das fontes utilizadas e das perguntas que orientam a investigação.

Por isso, antes de analisar gráficos, tabelas ou séries históricas, é importante compreender alguns conceitos fundamentais que ajudam a interpretar corretamente as informações apresentadas ao longo desta cartilha e no **Mapa Nacional da Violência de Gênero**.

ENTENDENDO OS PRINCIPAIS CONCEITOS POR TRÁS DOS DADOS

DADO, INDICADOR E EVIDÊNCIA: QUAL A DIFERENÇA?

Embora esses termos sejam frequentemente utilizados como sinônimos, eles representam etapas diferentes na produção de conhecimento.

Dado
É o registro bruto de uma informação. Pode ser, por exemplo, uma notificação de violência feita por um serviço de saúde, um registro de ocorrência em uma delegacia ou uma medida protetiva concedida pelo Judiciário.

Indicador
É uma medida construída a partir das informações para representar um fenômeno e acompanhar sua evolução ao longo do tempo ou compará-lo entre diferentes grupos ou territórios. No caso da violência de gênero, um indicador pode ser, por exemplo, o número de feminicídios registrados em um ano, ou a proporção de mulheres que já sofreram algum tipo de violência.

Evidência
É o resultado da interpretação crítica dos indicadores, considerando diferentes fontes de dados, seus contextos, limitações e relações. São as evidências que permitem produzir conhecimento para apoiar decisões, formular políticas públicas, realizar pesquisas e fortalecer a atuação institucional.

Mais do que fazer você memorizar definições, o objetivo deste capítulo é desenvolver uma leitura crítica dos dados, reconhecendo tanto seu potencial quanto seus limites. Para isso, vamos destacar alguns princípios fundamentais para interpretar informações sobre violência de gênero de forma crítica e responsável.

1. COMECE PELA PERGUNTA, NÃO PELO DADO

Antes de abrir uma base de dados ou observar um gráfico, é importante definir qual pergunta se pretende responder.

Você quer compreender a evolução da violência ao longo do tempo? Comparar diferentes territórios? Identificar quais grupos são mais afetados? Avaliar o impacto de uma política pública?

Perguntas diferentes exigem indicadores diferentes. Uma boa análise começa sempre pela definição do problema que se deseja investigar.

2. ENTENDA O QUE O INDICADOR REALMENTE MEDE

Nem todo indicador mede a mesma coisa.

Alguns apresentam o número de casos registrados. Outros mostram taxas, proporções ou percentuais. Há também indicadores que acompanham a evolução de um fenômeno ao longo do tempo ou permitem comparar diferentes grupos populacionais.

Por isso, antes de interpretar qualquer informação, é importante perguntar:

- O que exatamente está sendo medido?

- Como esse indicador foi construído?
- Qual é sua unidade de medida?

Essas informações geralmente estão disponíveis na metodologia da base de dados.

3. NÚMEROS ABSOLUTOS E TAXAS CONTAM HISTÓRIAS DIFERENTES

Uma cidade pode registrar mais casos de violência simplesmente porque possui uma população maior.

Por isso, comparar apenas números absolutos pode produzir interpretações equivocadas.

As taxas relacionam o número de ocorrências ao tamanho da população e permitem comparações mais adequadas entre municípios, estados e regiões.

Sempre que possível, utilize taxas para comparar territórios e números absolutos para compreender o volume de registros.

Atenção

Um município pequeno pode registrar menos casos absolutos e, ainda assim, apresentar uma taxa mais elevada de violência do que uma grande capital.

4. NENHUMA BASE DE DADOS CONTA TODA A HISTÓRIA

Uma dúvida frequente é por que diferentes sistemas apresentam números distintos para um mesmo fenômeno.

Isso acontece porque cada base registra apenas uma etapa da trajetória da violência.

Uma mulher pode procurar um serviço de saúde, fazer um registro de ocorrência, solicitar uma medida protetiva ou participar de uma pesquisa de vitimização. Cada um desses momentos será registrado em sistemas diferentes, com objetivos distintos.

Como cada uma dessas fontes de dados tem uma cobertura diferente, é normal que os números não coincidam entre si. Isso não significa que algum dado esteja incorreto, mas que cada fonte enxerga uma parte diferente do mesmo problema e que podem ser complementares na análise do todo.

No próximo capítulo, conheceremos as principais fontes de informação utilizadas para compreender a violência de gênero no Brasil.

5. NEM TODO AUMENTO SIGNIFICA PIORA

Uma série histórica é o acompanhamento de um mesmo indicador ao longo de diferentes períodos. Ela permite identificar tendências, observar mudanças ao longo do tempo e compreender como determinado fenômeno evolui.

A análise de séries históricas é uma das formas mais importantes de interpretar dados sobre violência de gênero, pois possibilita ir além de um retrato isolado e acompanhar transformações ao longo dos anos.

No entanto, é preciso cuidado. Ao analisar uma série histórica, é comum associar o aumento dos registros ao agravamento da violência. Embora isso possa acontecer, essa não é a única explicação possível.

Exemplo: Um aumento nas notificações de violência doméstica após a abertura de novos serviços especializados pode indicar que mais mulheres conseguiram acessar a rede de proteção, e não necessariamente houve um aumento da violência.

O crescimento de um indicador também pode refletir:

- Melhoria da qualidade dos registros;
- Ampliação da rede de atendimento;
- Maior confiança das mulheres nas instituições;
- Mudanças metodológicas na coleta dos dados.
- Alterações na legislação ou nos critérios de registro.

Da mesma forma, uma redução nos registros não significa necessariamente que a violência diminuiu. Ela também pode estar relacionada à redução da capacidade de notificação, ao fechamento de serviços, ao aumento da subnotificação ou a mudanças nos sistemas de informação.

Por isso, uma série histórica deve sempre ser interpretada considerando-se o contexto em que os dados foram produzidos, bem como as transformações institucionais, legais e sociais ocorridas no período analisado.

Atenção

Um dado isolado mostra um momento específico. Já uma série histórica permite identificar tendências e compreender como um fenômeno evolui ao longo do tempo. Sempre que possível, priorize análises que considerem mais de um período.

6. OS DADOS TAMBÉM MOSTRAM AUSÊNCIAS

Nem toda violência chega aos registros oficiais.

Muitas mulheres deixam de procurar os serviços de proteção por medo, vergonha, dependência econômica do agressor, dificuldade de acesso ou desconfiança nas instituições.

Esse fenômeno é conhecido como subnotificação e faz com que os registros administrativos representem apenas parte da realidade.

É por isso que pesquisas de vitimização são tão importantes: elas ajudam a compreender experiências que permanecem invisíveis nas estatísticas oficiais.

O olhar da Gênero e Número

A ausência de registros não significa ausência de violência. Muitas vezes, ela evidencia barreiras no acesso aos direitos.

ANTES DE INTERPRETAR QUALQUER DADO, FAÇA ESTAS CINCO PERGUNTAS

Nenhum indicador deve ser analisado de forma isolada. Antes de tirar conclusões a partir de um gráfico, tabela ou mapa, vale a pena fazer algumas perguntas que ajudam a compreender o que aquele dado realmente representa.

1. O que exatamente está sendo medido?
Nem todos os indicadores representam o mesmo fenômeno. Antes de interpretar um número, verifique se ele se refere a casos registrados, vítimas, atendimentos, processos judiciais ou outro tipo de informação.

2. De onde vem esse dado?
Toda informação é produzida por uma fonte específica, com metodologias e objetivos próprios. Conhecer a origem do dado ajuda a compreender seu alcance e suas limitações.

3. Estou olhando para números absolutos ou taxas?
Os números absolutos mostram o volume de casos, enquanto as taxas permitem comparações mais precisas entre diferentes territórios ou populações.

4. Estou analisando uma série histórica ou apenas um momento específico?
Um dado isolado representa apenas um retrato daquele período. Já uma série histórica permite identificar tendências, mudanças ao longo do tempo e possíveis impactos de políticas públicas ou mudanças na qualidade dos registros.

5. Quem pode não estar representado nesses dados?
Nem toda violência chega aos registros oficiais. Perguntar quem ficou de fora da informação é tão importante quanto analisar quem aparece nela.

Essas perguntas ajudam a construir análises mais consistentes e a evitar interpretações simplificadas sobre um fenômeno tão complexo quanto a violência de gênero.

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE ANTONIO CRUZ/AGENCIA BRASIL

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE RALPH RABAGO/PEXELS

CAPÍTULO 3

DE ONDE VÊM OS DADOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

Os dados sobre violência contra mulheres e meninas são produzidos por diferentes instituições públicas, cada uma responsável por registrar uma etapa específica da resposta do Estado à violência.

Quando uma mulher procura atendimento em um hospital, registra uma ocorrência policial, solicita uma medida protetiva ou responde a uma pesquisa, novas informações passam a integrar sistemas oficiais de informação. Esses registros permitem acompanhar diferentes dimensões da violência e compreender como ela se manifesta no país.

Como cada instituição tem objetivos distintos, também produz bases de dados diferentes. Conhecer essas fontes é fundamental para interpretar corretamente seus indicadores e utilizá-los de forma adequada em pesquisas, políticas públicas, reportagens e ações do sistema de justiça.

O QUE SÃO REGISTROS ADMINISTRATIVOS?

Grande parte dos dados utilizados para compreender a violência contra mulheres e meninas têm origem nos chamados registros administrativos.

Esses registros são produzidos no funcionamento cotidiano dos serviços públicos. Cada atendimento realizado em uma unidade de saúde, cada registro de ocorrência feito em uma delegacia, cada medida protetiva concedida pelo Judiciário ou cada atendimento realizado por um serviço especializado gera informações que passam a integrar sistemas oficiais.

Eles constituem uma das principais fontes de informação sobre a violência de gênero no Brasil. Além de apoiar a gestão dos serviços públicos, esses registros permitem monitorar políticas públicas, identificar mudanças ao longo do tempo, produzir indicadores e orientar decisões baseadas em evidências.

AS PRINCIPAIS FONTES DE DADOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Uma mesma situação de violência pode gerar registros em diferentes sistemas de informação. Cada um deles tem objetivos específicos, metodologias próprias e diferentes possibilidades de análise.

Conhecer essas características ajuda a escolher a fonte mais adequada para responder a cada pergunta de pesquisa ou subsidiar diferentes processos de tomada de decisão.

Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher (DataSenado/ Observatório da Mulher contra a Violência)

O QUE É?
Pesquisa nacional realizada bienalmente pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), que investiga a percepção e as experiências de mulheres brasileiras em relação à violência de gênero.

O QUE MEDE?
A prevalência da violência contra mulheres, a percepção sobre segurança, o conhecimento da Lei Maria da Penha, a busca por ajuda, a subnotificação e outros aspectos relacionados ao enfrentamento da violência.

RECORTES DISPONÍVEIS
- Faixa etária;
- Escolaridade;
- Região;
- Renda;
- Cor/raça;
- Identidade de gênero (desde 2023).

QUANDO UTILIZAR?
Quando o objetivo for compreender a dimensão da violência que não aparece nos registros oficiais, conhecer a percepção das mulheres ou analisar mudanças nos indicadores ao longo do tempo.

POTENCIALIDADES

- Maior e mais longa pesquisa sobre violência contra mulheres realizada no Brasil.
- Mais de 20 anos de realização, com 11 edições e mais de 56 mil mulheres entrevistadas.
- Permite estimar a subnotificação e comparar resultados ao longo do tempo.
- Desde 2023, permite análises exploratórias e específicas sobre mulheres trans.

LIMITAÇÕES

- Algumas mudanças metodológicas entre as edições podem afetar comparações históricas e alguns indicadores, como o de subnotificação, que tem série histórica apenas a partir de 2017.

Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp/MJSP)

O QUE É?

Os dados de segurança pública que compõem o Mapa Nacional da Violência de Gênero são provenientes do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que, por meio de termos de adesão firmados com os estados, reúne as informações dos registros de ocorrência das 27 unidades federativas. Essa integração ocorre por meio do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp).

O QUE MEDE?

O registro de ocorrências policiais relacionadas à violência contra mulheres em todo o território nacional, incluindo registros de violência doméstica, feminicídio e outros crimes.

QUANDO UTILIZAR?

Quando o objetivo for acompanhar os registros policiais da violência de gênero, comparar os crimes em estados e municípios e analisar tendências da criminalidade registrada.

POTENCIALIDADES

- Reúne informações de diferentes unidades da federação em uma base padronizada.
- Permite acompanhar a evolução dos registros policiais ao longo do tempo. Possibilita análises territoriais.

LIMITAÇÕES

- Nem todos os estados compartilham integralmente suas informações com o sistema.
- Os dados dependem do registro realizado pelas autoridades policiais e estão sujeitos à subnotificação.
- Não registra identidade de gênero.
- Poucos recortes sociodemográficos.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan)

O QUE É?

Sistema do Ministério da Saúde que reúne notificações compulsórias de agravos e violências registradas pelos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

O QUE MEDE?

Casos de violência interpessoal e autoprovocada atendidos pelos serviços de saúde, incluindo informações sobre vítimas, agressores, tipo de violência e circunstâncias da ocorrência.

RECORTES DISPONÍVEIS

- Idade;
- Raça/cor;
- Escolaridade;
- Deficiência;
- Gestação;
- Relação entre vítima e agressor;
- Local da ocorrência;
- Meio de Agressão;
- Tipo de violência;
- Orientação sexual;
- Identidade de gênero.

QUANDO UTILIZAR?

Quando o objetivo for analisar o perfil das vítimas, os tipos de violência, a relação entre vítima e agressor e as características dos atendimentos realizados pela rede de saúde.

POTENCIALIDADES

- Oferece informações detalhadas sobre vítimas, autores e circunstâncias da violência.
- Permite a análise de diferentes tipos de violência e seus recortes sociodemográficos.
- É a base mais rica para compreender o perfil das vítimas e as características da violência. Permite análises interseccionais, incluindo identidade de gênero e orientação sexual.

LIMITAÇÕES

- Registra apenas os casos que chegam aos serviços de saúde.
- Depende da qualidade do preenchimento das fichas.
- Os dados mais recentes são preliminares e podem sofrer revisões pelo Ministério da Saúde até dois anos após seu registro. Os dados de 2026, por exemplo, só estarão totalmente consolidados em 2028.

Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

O QUE É?

Sistema do Ministério da Saúde que reúne informações provenientes das Declarações de Óbito registradas em todo o país.

O QUE MEDE?

Dados sobre os óbitos registrados no Brasil a partir das Declarações de Óbito. No contexto da violência de gênero, permite acompanhar as mortes violentas de mulheres registradas como homicídios.

Esta base apresenta o número de mulheres vítimas de homicídio, sem distinguir quais desses casos foram posteriormente enquadrados como feminicídio pelo sistema de justiça.

RECORTES DISPONÍVEIS

- Idade;
- Raça/cor;
- Município;
- UF;
- Local do óbito.

QUANDO UTILIZAR?

Quando o objetivo for acompanhar a mortalidade de mulheres por causas violentas e analisar tendências ao longo do tempo.

POTENCIALIDADES

- Conta com ampla cobertura nacional.
- Permite construção de séries históricas sobre mortalidade feminina por violência.
- Possibilita análises por idade, raça/cor e território.

LIMITAÇÕES

- A identificação da causa básica do óbito depende da qualidade do preenchimento da Declaração de Óbito.
- Nem sempre é possível identificar, apenas por essa base, se uma morte decorreu de violência de gênero ou mais informações sobre o perfil da vítima. Isso porque ela não identifica feminicídio e não registra identidade de gênero ou orientação sexual.

Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud/CNJ)

O QUE É?

Base do Conselho Nacional de Justiça que reúne informações sobre processos judiciais em tramitação nos tribunais brasileiros.

O QUE MEDE?

Processos relacionados à violência doméstica e familiar, incluindo medidas protetivas de urgência concedidas com base na Lei Maria da Penha.

RECORTES DISPONÍVEIS

- Tribunal em que ocorreu o processo;
- UF;
- Classe processual;
- Medidas protetivas;
- Movimentação processual.

QUANDO UTILIZAR?

Quando o objetivo for analisar a resposta do sistema de justiça aos casos de violência contra mulheres e acompanhar a concessão de medidas protetivas.

POTENCIALIDADES

- Permite monitorar a atuação do Poder Judiciário.
- Reúne dados nacionais sobre processos e medidas protetivas.
- Possibilita análises sobre o acesso à justiça.

LIMITAÇÕES

- A cobertura depende da alimentação e da padronização das informações enviadas pelos tribunais.
- Diferenças nos sistemas de gestão processual podem afetar a comparabilidade entre unidades da federação.
- Não registra perfil detalhado das vítimas, nem identidade de gênero.

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

O QUE É?

Base de dados produzida pelo Ministério das Relações Exteriores a partir dos atendimentos realizados pelas repartições consulares brasileiras no exterior.

O QUE MEDE?

Casos de violência contra mulheres brasileiras registrados pelas embaixadas e consulados do Brasil em outros países.

RECORTES DISPONÍVEIS

- País;
- Continente;
- Tipo de violência.

QUANDO UTILIZAR?

Quando o objetivo for compreender a violência enfrentada por brasileiras no exterior e analisar a atuação da rede consular.

POTENCIALIDADES

- Única fonte sobre brasileiras vítimas de violência no exterior.

LIMITAÇÕES

- Registra apenas os casos que chegam às repartições consulares.
- A cobertura depende da presença de representações brasileiras e da procura das vítimas pelos serviços consulares.
- Não registra identidade de gênero, raça ou idade das vítimas.

BASE	Raça/cor	Idade	Escolaridade	Identidade de gênero	Orientação sexual	Relação vítima-agressor	Território	Tipo de violência
Pesquisa	✓	✓	✓	✓*		✓	✓	✓
SINAN	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
SIM	✓	✓	✓				✓	✓
Sinesp	✓	✓					✓	✓
DataJud							✓	
MRE							✓	✓

* Disponível nas edições mais recentes da pesquisa.

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE ROVENA ROSA/AGENCIA BRASIL

CAPÍTULO 4

O QUE OS DADOS PERMITEM RESPONDER?

Por meio dos dados, o **Mapa Nacional da Violência de Gênero** permite acompanhar diversas frentes da violência de gênero. Reconhecer como analisar e interpretar cada um desses indicadores, portanto, torna-se essencial. Pensando nisso, os tópicos a seguir foram construídos com base nos principais eixos de resposta que o Mapa oferece, acompanhados de exemplos de interpretação para cada um deles.

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E TEMPORAL DA VIOLÊNCIA

O Mapa permite acompanhar onde a violência está concentrada e como ela se distribui ao longo do tempo, revelando se determinadas regiões apresentam crescimento ou decrescimento nos registros e como esse comportamento varia entre estados e municípios.

Onde a violência está crescendo?

Entre 2021 e 2023, segundo os dados extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), os estados que registraram a maior taxa a cada 100 mil habitantes por morte violenta de mulheres foram Rondônia, com 7%, e Mato Grosso, com 6%, enquanto a média nacional é de 4% no mesmo período.

QUEM SÃO AS MULHERES ATINGIDAS, E QUEM FICA DE FORA DOS REGISTROS

Além de mapear onde a violência ocorre, o Mapa permite investigar as informações demográficas das mulheres mais afetadas e, igualmente importante, identificar quais grupos aparecem com menor frequência nos dados.

Quem são as mulheres mais afetadas?

Os dados do SINAN indicam que mulheres entre 30 e 59 anos e com ensino superior completo concentram a maior parte dos casos, o que evidencia que a violência de gênero atravessa diferentes níveis de escolaridade, e não se restringe a grupos de menor renda.

Existem desigualdades raciais na proteção?

Em 2024, mulheres negras representavam 156.725 dos casos de violência doméstica registrados pelo Sinan, o equivalente a 58% do total de vítimas.

Quais grupos de mulheres aparecem menos nos registros?

Mulheres indígenas e mulheres trans ainda aparecem com poucos registros nas bases que fazem parte do Mapa. Essa baixa presença numérica, no entanto, não deve ser lida como sinal de menor exposição à violência, mas como um possível indício de subnotificação, já que barreiras específicas de acesso a delegacias, serviços de saúde e sistemas de justiça tendem a afetar esses grupos de forma mais intensa.

ACESSO E EFETIVIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Outra frente de análise possível é o acompanhamento do acesso às medidas protetivas ao longo do tempo e a análise de como esse acesso se difere entre os diferentes estados.

O acesso às medidas protetivas está aumentando?

O número de mulheres que recorreram à Medida Protetiva de Urgência (MPU), de acordo com o DataJud, cresceu de forma expressiva entre 2020 e 2022, saindo de 347.035 para 573.220 solicitações, um aumento acumulado de 65% em dois anos. Em 2023, no entanto, esse número recuou para 529.690, uma queda de 8% em relação ao ano anterior, ainda que 53% acima do patamar registrado em 2020.

Quantas mulheres solicitam Medida Protetiva — e essa proteção é de fato respeitada?

A pesquisa realizada pelo DataSenado/OMV constata que mais de um quarto das mulheres que sofreram violência doméstica ou familiar (27%) declaram ter solicitado Medida Protetiva. Entre essas, o cenário de efetividade da medida se divide de forma quase equivalente: 48% afirmam que houve descumprimento por parte do agressor, enquanto 49% relatam que a medida foi respeitada.

INTERPRETAÇÃO DE INDICADORES CHAVES

Compreender a violência de gênero por meio de dados exige saber não apenas onde procurar as informações, mas também como interpretá-las corretamente.

O crescimento dos registros significa aumento da violência ou melhora da notificação?

Um número crescente de registros pode indicar mais violência ocorrendo ou mais mulheres denunciando. A forma de diferenciar é cruzar registros administrativos com pesquisas de percepção, como o DataSenado: se ambos crescem juntos, é mais provável que reflitam aumento real; se só os registros administrativos sobem, é mais compatível com melhora no acesso à denúncia. Ao comparar a série histórica dos dados do Sinan com a pesquisa realizada pelo DataSenado, ambas apresentam um crescente número de vítimas a partir do ano de 2015, ou seja, podemos interpretar como um aumento real de violência contra a mulher na última década.

A queda em um indicador significa melhora real na proteção das mulheres?

Nem sempre. A série de Medidas Protetivas recuou 8% entre 2022 e 2023, o que pode refletir menor necessidade de proteção ou entraves de acesso ao Judiciário. Por isso é importante cautela na interpretação.

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE ARQUIVO/AGENCIA BRASIL

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE FLOW CLARK/UNSPLASH

CAPÍTULO 5

TRANSFORMANDO DADOS EM AÇÃO

Dados são mais do que instrumentos de diagnóstico. Quando interpretados de forma crítica e utilizados em conjunto com o conhecimento produzido por profissionais, pesquisadoras, organizações da sociedade civil e pelas próprias mulheres, eles se tornam ferramentas para fortalecer políticas públicas, ampliar o acesso à justiça e qualificar o debate público.

Os dados ajudam a compreender a dimensão de um problema, identificar desigualdades e monitorar mudanças ao longo do tempo. Mas seu maior potencial está na capacidade de orientar decisões e apoiar ações concretas.

Neste capítulo, apresentamos algumas possibilidades de utilização dos dados sobre violência de gênero em diferentes áreas de atuação.

GESTORES PÚBLICOS

Para gestores públicos, os dados cumprem uma função dupla: orientar o planejamento, incluindo decisões sobre onde alocar recursos, e viabilizar o monitoramento, permitindo a avaliação de se e como as políticas implementadas produzem os resultados esperados. Essas duas funções exigem tipos diferentes de indicador, um de diagnóstico e outro de acompanhamento.

Os dados permitem identificar quais territórios concentram maior incidência de violência, quais grupos enfrentam maiores vulnerabilidades e onde os serviços públicos precisam ser fortalecidos.

Como planejar políticas e monitorar resultados?

No planejamento, o cruzamento mais relevante é entre a incidência da violência e a cobertura de serviços, como delegacias especializadas de atendimento à mulher, casas-abrigo e centros de referência, o que permite identificar vazios assistenciais: territórios de alta incidência e baixa cobertura de serviços.

No monitoramento, o indicador relevante deixa de ser o volume absoluto e passa a ser a variação de um mesmo indicador antes e depois da implementação de uma política, sempre considerando um período de maturação razoável e, quando possível, um território de comparação onde a política não foi implementada. Isso aproxima a avaliação de um desenho quase-experimental e reduz o risco de atribuir à política um efeito que, na verdade, decorre de outra causa.

Quando utilizados de forma sistemática, podem subsidiar:

- O planejamento de políticas públicas;
- A definição de prioridades de investimento;
- A criação ou ampliação de serviços especializados;
- O monitoramento de programas e ações governamentais;
- A avaliação dos resultados alcançados.

Exemplo

Um município identifica aumento nas notificações de violência sexual contra adolescentes em determinada região. A partir dessa informação, pode ampliar a oferta de atendimento especializado, fortalecer a articulação com escolas e unidades de saúde e desenvolver ações de prevenção voltadas ao território.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Os dados também contribuem para compreender como mulheres acessam a rede de proteção e quais barreiras permanecem ao longo desse percurso.

Eles podem apoiar:

- O monitoramento da concessão de medidas protetivas;
- A identificação de desigualdades territoriais no acesso à justiça;
- O planejamento institucional;
- A avaliação da efetividade de políticas e programas.

A análise integrada de diferentes bases também ajuda a identificar lacunas entre a ocorrência da violência, o registro dos casos e a resposta institucional.

Exemplo

Um tribunal de justiça identifica que, em determinada comarca, a taxa de concessão de Medidas Protetivas de Urgência é elevada, mas o tempo médio entre a solicitação e a concessão da medida é significativamente maior do que a média estadual. A partir dessa informação, o tribunal pode priorizar a alocação de varas especializadas naquela comarca e revisar fluxos processuais, fortalecendo assim a proteção efetiva às mulheres naquele território.

MINISTÉRIO PÚBLICO

A atuação do Ministério Público é estratégica: mais do que responder a casos individuais, cabe à instituição identificar padrões de violação de direitos e direcionar sua capacidade de atuação para onde ela produz maior efeito coletivo. Isso exige dois movimentos complementares: saber *onde* agir e saber *como* agir de forma coordenada – e ambos dependem da leitura cruzada de indicadores.

Como identificar territórios prioritários?

A priorização territorial não deve se basear apenas no volume absoluto de casos registrados, já que municípios mais populosos naturalmente concentram mais ocorrências. O caminho metodologicamente mais robusto é cruzar a *taxa de incidência por 100 mil mulheres*, calculada a partir de bases como o Sinesp e o DataSUS, com indicadores de resposta institucional extraídos do DataJud. Dessa forma, é possível avaliar os territórios onde a incidência é elevada, mas a resposta institucional é lenta ou insuficiente. Eles se configuram como prioritários, pois indicam tanto exposição à violência quanto fragilidade na proteção.

DEFENSORIA PÚBLICA

O papel da Defensoria Pública é garantir que o acesso à justiça alcance, de fato, quem mais precisa dele. Isso significa que a pergunta central não é apenas quantas mulheres buscam proteção, mas quantas deixam de buscá-la e por quê. Essa é uma das perguntas mais difíceis de responder com dados administrativos, já que eles só captam quem, de alguma forma, já superou a primeira barreira de acesso.

Como identificar barreiras de acesso?

Uma estratégia possível é cruzar a taxa de solicitação de Medida Protetiva de Urgência com indicadores socioeconômicos e territoriais dos municípios ou regiões. Territórios onde a prevalência da violência, medida por pesquisas de vitimização, é alta, mas a taxa de solicitação institucional é baixa, sinalizam um descompasso entre a necessidade de proteção e sua efetivação, o que é justamente o indício de uma barreira de acesso ainda não superada.

JUDICIÁRIO

Para o Judiciário, a pergunta central desloca-se do acesso para a efetividade: não basta que a proteção seja concedida, é preciso saber se ela, de fato, protege. Esse é um ponto sensível, porque o volume de medidas concedidas costuma ser o indicador mais divulgado, mas é também o que menos informa isoladamente sobre o resultado prático da proteção institucional.

Como monitorar a efetividade da resposta institucional?

A efetividade só pode ser avaliada quando três indicadores são lidos em conjunto: o volume de Medidas Protetivas concedidas, a taxa de descumprimento dessas medidas pela pessoa agressora e o tempo médio entre a solicitação e a concessão. Como já observamos nesta cartilha, quase metade das medidas solicitadas é descumprida (48%), o que evidencia que a concessão da medida, por si só, não é sinônimo de proteção efetiva.

PESQUISA

Pesquisadoras e pesquisadores utilizam dados para compreender fenômenos sociais, produzir conhecimento e avaliar políticas públicas.

A combinação entre diferentes bases permite formular perguntas mais qualificadas, identificar padrões e aprofundar análises sobre desigualdades de gênero, raça, território, geração e outros marcadores sociais.

Os dados também possibilitam acompanhar mudanças ao longo do tempo e produzir evidências capazes de subsidiar o debate público.

JORNALISMO

Os dados ajudam jornalistas a investigar problemas públicos, contextualizar acontecimentos e produzir reportagens que vão além de casos individuais.

Ao combinar registros administrativos, pesquisas e informações produzidas por diferentes instituições, é possível identificar tendências, revelar desigualdades invisíveis e acompanhar a implementação de políticas públicas.

Mais do que ilustrar uma reportagem, os dados podem orientar a própria pauta jornalística, indicando quais perguntas precisam ser feitas e quais histórias ainda permanecem invisíveis.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Organizações utilizam dados para fortalecer ações de incidência, monitorar políticas públicas, dialogar com gestores e defender direitos.

As evidências produzidas a partir dos dados também contribuem para:

- Elaborar diagnósticos;
- Apoiar campanhas de advocacy;
- Fundamentar recomendações;
- Acompanhar compromissos assumidos pelo poder público;
- Comunicar problemas complexos de forma acessível.

DADOS GERAM PERGUNTAS MELHORES

O uso de evidências não significa apenas encontrar respostas. Muitas vezes, os dados ajudam a identificar novas perguntas.

Por que determinado município registra aumento das notificações, enquanto outro apresenta redução? As mulheres estão mais protegidas ou encontram mais dificuldades para acessar os serviços? Um crescimento nos registros reflete aumento da violência ou melhoria da rede de atendimento?

Responder a essas perguntas exige combinar diferentes fontes de informação, compreender o contexto em que os dados foram produzidos e dialogar com quem vivencia essa realidade.

É esse processo que transforma números em conhecimento e conhecimento em ação.

O olhar da Gênero e Número

Dados não substituem a experiência das pessoas, nem o trabalho desenvolvido pelos serviços públicos e organizações da sociedade civil. O papel deles é ser a evidência da experiência das pessoas, oferecendo subsídios para compreender problemas, orientar decisões e ampliar a garantia de direitos.

UMA FERRAMENTA PARA APOIAR DECISÕES

O Mapa Nacional da Violência de Gênero foi desenvolvido justamente para facilitar esse processo.

Ao reunir diferentes bases de dados em uma única plataforma, o Mapa permite explorar indicadores, comparar territórios, acompanhar séries históricas e produzir análises fundamentadas em evidências.

Nos próximos capítulos, você conhecerá a estrutura da plataforma, os principais recursos e como utilizá-la para explorar os dados disponíveis.

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE MARCELO CAMARGO/AGENCIA BRASIL

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE RALPH RABAGO/PEXELS

CAPÍTULO 6

QUALIDADE DOS DADOS É POLÍTICA PÚBLICA

Os dados não são produzidos de forma automática. Cada informação disponível em uma base de dados depende do trabalho de profissionais que atendem mulheres, registram ocorrências, preenchem formulários, classificam informações e alimentam sistemas de informação.

Por isso, a qualidade dos dados está diretamente relacionada à qualidade das políticas públicas.

Um registro bem preenchido não é apenas uma exigência administrativa. Ele amplia a capacidade do Estado de compreender a violência, identificar desigualdades e planejar respostas mais efetivas. Da mesma forma, registros incompletos ou inconsistentes dificultam diagnósticos, comprometem indicadores e podem invisibilizar os grupos e territórios que mais precisam de proteção.

Decidir o que perguntar, o que registrar, como classificar e com que sistemas integrar cada informação de uma base de dados define, em última instância, o que se torna visível e o que permanece invisível para a formulação de políticas públicas. Um dado mal registrado não é apenas um erro operacional: pode significar uma mulher que não recebeu a proteção adequada, um grupo que desaparece das estatísticas nacionais, ou uma política que erra o alvo por ter sido desenhada com base em um fragmento da realidade.

Produzir dados de qualidade é, portanto, uma etapa fundamental da garantia de direitos.

O REGISTRO É O PRIMEIRO PASSO PARA PRODUZIR EVIDÊNCIAS

Todo indicador começa com um registro.

Quando informações essenciais deixam de ser preenchidas, como raça/cor, idade, município, identidade de gênero ou relação entre vítima e agressor , parte da realidade deixa de aparecer nas estatísticas.

Essas lacunas afetam diretamente a capacidade de compreender quem são as mulheres mais atingidas pela violência, quais grupos enfrentam maiores barreiras de acesso à proteção e onde as políticas públicas precisam ser fortalecidas.

Em outras palavras, não é possível produzir boas evidências sem bons registros.

INVISIBILIDADE TAMBÉM É UM PROBLEMA DE DADOS

A ausência de informação sobre determinados grupos não significa, necessariamente, ausência de violência.

Em muitos casos, ela reflete limitações nos sistemas de informação, dificuldades no preenchimento dos registros ou a inexistência de campos capazes de representar toda a diversidade da população.

A incorporação de variáveis como raça/cor, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero nos sistemas públicos ampliou a capacidade de compreender como diferentes desigualdades atravessam a violência contra mulheres e meninas. Ao mesmo tempo, ainda existem desafios relacionados à cobertura, à qualidade e à completude dessas informações.

Essas lacunas têm consequências práticas: dificultam o planejamento de políticas específicas, limitam o monitoramento das desigualdades e reduzem a capacidade de avaliar se os direitos estão sendo garantidos de forma equitativa.

O olhar da Gênero e Número

Quando determinados grupos não aparecem nos dados, eles também correm o risco de não aparecer nas políticas públicas. Produzir informações mais completas é um passo importante para enfrentar desigualdades e ampliar a garantia de direitos.

INTEGRAR DADOS FORTALECE POLÍTICAS PÚBLICAS

A violência de gênero atravessa diferentes áreas da atuação estatal. Por isso, as informações produzidas pela saúde, segurança pública, assistência social e pelo sistema de justiça não devem ser analisadas de forma isolada.

A integração entre diferentes bases de dados permite compreender melhor o percurso das mulheres pela rede de proteção, identificar lacunas na resposta institucional e construir diagnósticos mais completos sobre a violência.

Também fortalece a transparência, reduz duplicidades e amplia a capacidade de monitorar políticas públicas. É esse princípio que orienta o desenvolvimento do Mapa Nacional da Violência de Gênero.

MELHORAR OS DADOS É UMA ESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

A produção de dados de qualidade depende da atuação de diferentes profissionais e instituições.

Isso envolve:

- Registrar as informações de forma completa e consistente;
- Utilizar corretamente as classificações e conceitos adotados pelos sistemas de informação;
- Investir na formação continuada das equipes responsáveis pelos registros;
- Aperfeiçoar os sistemas para incorporar novas demandas e reduzir inconsistências;
- Promover a integração entre diferentes bases de dados.

Melhorar os dados não depende apenas da tecnologia. Depende também de processos de trabalho, investimento institucional e valorização das equipes responsáveis pela produção das informações.

NA PRÁTICA: COMO FALHAS NO REGISTRO AFETAM OS DADOS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

QUANDO RAÇA/COR NÃO É PREENCHIDA

Imagine que, em uma base com 202.608 notificações de violência doméstica, 10.468 registros (5%) não tenham a informação de raça/cor preenchida.

À primeira vista, esse percentual pode parecer pequeno. No entanto, ele compromete análises fundamentais para compreender as desigualdades raciais na violência contra as mulheres.

Quando informações sobre raça/cor deixam de ser registradas, parte das vítimas desaparece das estatísticas. Isso dificulta identificar quais grupos são mais afetados, reduz a precisão dos indicadores e pode comprometer o planejamento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do racismo e da violência de gênero.

Em outras palavras, dados incompletos tornam desigualdades menos visíveis.

QUANDO UM FEMINICÍDIO É REGISTRADO COMO HOMICÍDIO

O feminicídio é uma qualificadora do homicídio, aplicada quando a morte de uma mulher ocorre em razão de sua condição de gênero, como nos casos de violência doméstica e familiar ou quando é motivada por menosprezo e discriminação contra as mulheres.

Quando esse contexto não é corretamente identificado durante a investigação ou registrado nos sistemas de informação, um feminicídio pode ser contabilizado apenas como homicídio.

Esse erro tem consequências que vão além da classificação jurídica. Ele reduz artificialmente o número de feminicídios ocorridos, dificulta o monitoramento da violência letal contra as mulheres e pode comprometer o planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas voltadas para sua prevenção.

Mais do que alterar uma estatística, **uma tipificação inadequada pode invisibilizar a violência de gênero e enfraquecer a capacidade do Estado de enfrentá-la**.

RECOMENDAÇÕES PARA FORTALECER A QUALIDADE DOS DADOS

A melhoria contínua dos sistemas de informação é um processo permanente. Algumas ações podem contribuir para ampliar a qualidade dos registros e das evidências produzidas:

- Fortalecer a capacitação das equipes responsáveis pelos registros;
- Ampliar a completude das informações coletadas;
- Incorporar variáveis que permitam análises interseccionais, como raça/cor, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero;
- Promover a interoperabilidade entre sistemas de informação;
- Estimular o uso dos dados na gestão, no planejamento e na avaliação de políticas públicas;
- Garantir transparência e acesso público às informações, respeitando a proteção de dados pessoais.

Produzir dados de qualidade é mais do que aperfeiçoar sistemas de informação. É fortalecer a capacidade das instituições de compreender a violência, responder às necessidades das mulheres e construir políticas públicas baseadas em evidências.

Quando os dados são completos, confiáveis e utilizados de forma responsável, eles deixam de ser apenas registros administrativos e se tornam instrumentos para ampliar direitos, reduzir desigualdades e qualificar a resposta do Estado à violência de gênero.

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE PRISCILLA DU PREEZ/UNSPLASH

CAPÍTULO 7

CONHEÇA O MAPA NACIONAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O QUE É O MAPA NACIONAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO?

O Mapa Nacional da Violência de Gênero é uma plataforma pública e gratuita que reúne, em um único ambiente, diferentes bases de dados sobre violência contra as mulheres no Brasil.

Desenvolvido pela Gênero e Número, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) do Senado Federal e o Instituto Natura, o Mapa integra informações produzidas por diferentes instituições – como as já apresentadas nesta cartilha – para facilitar o acesso a evidências e apoiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas.

Ao reunir dados de saúde, segurança pública, justiça e pesquisas de vitimização, a plataforma permite visualizar indicadores, comparar territórios, acompanhar séries históricas e compreender diferentes dimensões da violência de gênero.

O QUE VOCÊ PODE FAZER NO MAPA?

Com poucos cliques, é possível:

- Consultar indicadores nacionais, estaduais e municipais;
- Comparar diferentes territórios;

- Acompanhar a evolução dos indicadores ao longo do tempo;
- Explorar diferentes tipos de violência e fontes de dados;
- Aplicar filtros por características das vítimas e dos casos, quando disponíveis na base de origem;
- Baixar gráficos, tabelas e bases de dados para aprofundar análises.

O Mapa não produz novos dados. Ele organiza, integra e facilita o acesso a informações produzidas por diferentes instituições públicas, tornando sua consulta mais simples e acessível.

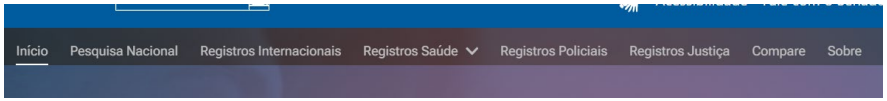
COMO NAVEGAR NA PLATAFORMA

1. Escolha a base de dados

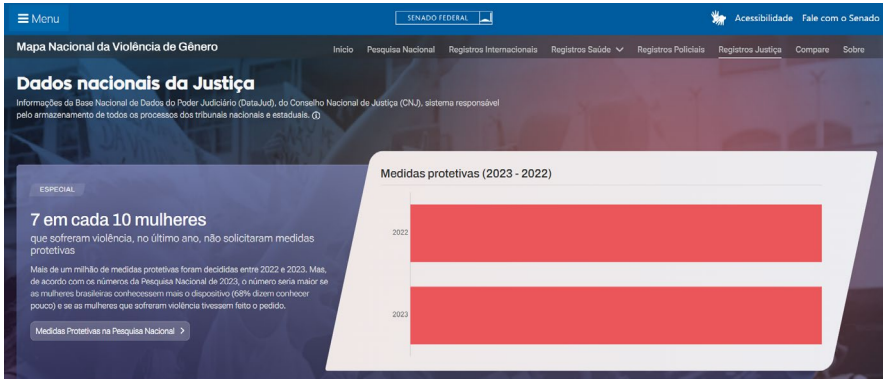
O primeiro passo é selecionar a fonte de informação que você deseja consultar. Cada base responde a perguntas diferentes sobre a violência de gênero.

Você poderá acessar, por exemplo:

- **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher;**
- **Saúde (SIM e Sinan);**
- **Segurança Pública (Sinesp);**
- **Justiça (DataJud);**
- **Mulheres brasileiras no exterior (MRE).**



Ao clicar em qualquer uma das opções de bases de dados disponíveis, no canto superior da tela é apresentado um resumo das estatísticas principais desse painel. Logo abaixo, outros dados e informações mais detalhadas são expostos. Veja um exemplo:



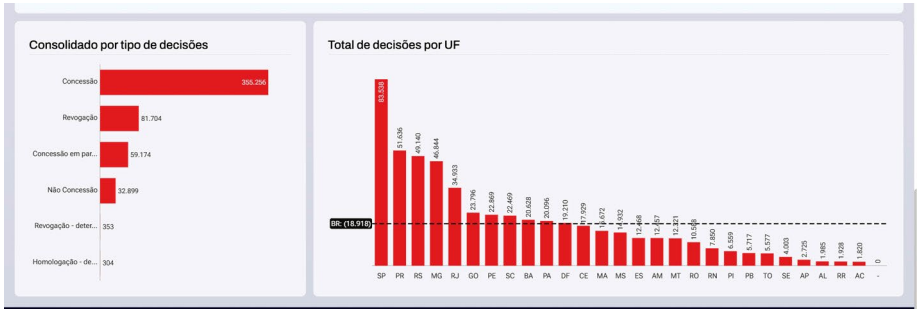
2. Escolha o indicador

Após selecionar a base, a plataforma apresenta os indicadores disponíveis.

Dependendo da fonte escolhida, você poderá explorar temas como:

- Violência doméstica;
- Feminicídios e homicídios de mulheres;
- Medidas protetivas;
- Notificações de violência;
- Percepção sobre a violência;
- Atendimento consular a brasileiras no exterior.

Cada indicador apresenta informações sobre sua definição, período analisado e fonte dos dados.



3. Utilize os filtros

Cada indicador pode ser explorado a partir dos filtros oferecidos pela própria base de dados.

Entre eles, podem estar disponíveis:

- Ano;
- Unidade da Federação;
- Município;
- Raça/cor;
- Faixa etária;
- Escolaridade;
- Identidade de gênero;
- Tipo de violência;
- Outros recortes específicos.

Os filtros variam conforme as informações originalmente produzidas por cada sistema de informação.

Também é possível aplicar filtros para analisar os dados e indicadores de acordo com a especificação desejada. Os principais filtros estão dispostos a seguir:

Atenção

Nem todas as bases contam com os mesmos recortes. A disponibilidade de filtros depende das informações coletadas pela instituição responsável por cada base de dados.

ANALISE AS VISUALIZAÇÕES

Os resultados podem ser apresentados em diferentes formatos, como:

- Mapas;
- Gráficos;
- Tabelas;
- Séries históricas.

Essas visualizações permitem identificar padrões, comparar territórios e acompanhar mudanças ao longo do tempo.

Sempre observe a fonte dos dados, o período de referência e as notas metodológicas antes de interpretar os resultados.

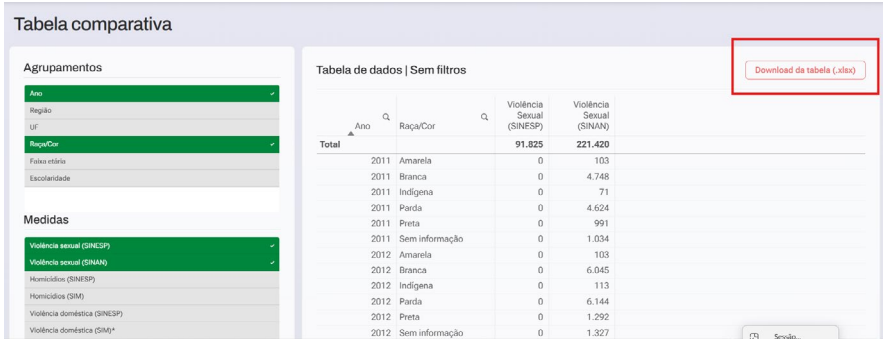
BAIXE, COMPARTILHE E APROFUNDE SUAS ANÁLISES

As informações disponíveis no Mapa podem subsidiar pesquisas, reportagens, apresentações, diagnósticos e políticas públicas.

Ao utilizar os dados, lembre-se de citar tanto a **instituição produtora da informação** quanto o **Mapa Nacional da Violência de Gênero** como plataforma de consulta.

No campo “Compare”, é possível comparar diferentes bases de dados com agrupamentos selecionados previamente:

A partir da comparação desejada, é gerada uma tabela comparativa onde é possível fazer o download dos dados em .xlsx, através do botão no canto superior direito.



Dica de navegação

Antes de comparar indicadores, verifique se eles são provenientes da mesma base de dados e se utilizam a mesma metodologia. Um aumento ou redução observado em uma fonte nem sempre pode ser comparado diretamente com outra, pois cada sistema registra etapas diferentes da resposta à violência.

O MAPA COMO FERRAMENTA PARA FORTALECER POLÍTICAS PÚBLICAS

O Mapa foi desenvolvido para ampliar o acesso a informações qualificadas sobre violência de gênero e apoiar diferentes públicos na produção e no uso de evidências.

Mais do que consultar números, a plataforma aproxima diferentes fontes de informação e amplia o acesso a evidências sobre a violência contra as mulheres. Ao facilitar a consulta e a comparação de dados públicos, a plataforma contribui para fortalecer pesquisas, qualificar o debate público e apoiar a formulação de políticas baseadas em evidências.

COMPOSIÇÃO COM FOTO DE AMINE M'SIOURI/PEXELS

CAPÍTULO 8

GUIA PRÁTICO + CHECKLIST

ANTES DE USAR UM DADO, FAÇA ESTAS PERGUNTAS

Os dados são ferramentas poderosas para compreender a violência de gênero e orientar decisões. Mas, para que produzam análises consistentes e apoiem políticas públicas mais eficazes, é importante utilizá-los de forma crítica e contextualizada.

Este checklist reúne os principais cuidados apresentados ao longo desta cartilha e pode servir como um guia rápido para consultas, pesquisas, reportagens, diagnósticos e tomadas de decisão.

CHECKLIST PARA O USO RESPONSÁVEL DE DADOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

1. SEI EXATAMENTE O QUE ESTOU ANALISANDO?

- ☐ O indicador está claro?
- ☐ Sei o que ele mede e o que ele não mede?
- ☐ Conheço a definição utilizada pela base de dados?

2. CONHEÇO A ORIGEM DA INFORMAÇÃO?

- ☐ Sei qual instituição produziu os dados?
- ☐ Entendo como esses dados foram coletados?
- ☐ Conheço o período de referência?

3. ESTOU CONSIDERANDO AS LIMITAÇÕES DA BASE?

- ☐ A base registra toda a violência ou apenas parte dela?
- ☐ Existe possibilidade de subnotificação?
- ☐ Existem mudanças metodológicas que afetam a comparação?
- ☐ A cobertura é nacional?

4. ESTOU UTILIZANDO O INDICADOR CORRETO?

- ☐ Minha pergunta é compatível com essa base de dados?
- ☐ Existe outra fonte que responderia melhor à minha pergunta?
- ☐ Estou comparando indicadores produzidos pela mesma metodologia?

5. ESTOU OBSERVANDO AS DESIGUALDADES?

- ☐ Analisei raça/cor?
- ☐ Observei diferenças territoriais?
- ☐ Considerei faixa etária?
- ☐ Verifiquei se há informações sobre identidade de gênero, deficiência ou outros marcadores disponíveis?

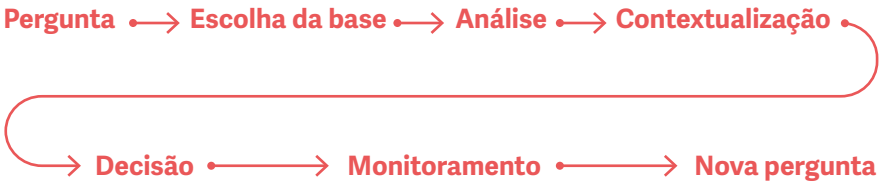
6. ESTOU INTERPRETANDO OS DADOS CORRETAMENTE?

- ☐ Analisei uma série histórica sempre que possível?
- ☐ Evitei tirar conclusões a partir de um único indicador?
- ☐ Considerei o contexto social, político e institucional?

7. ESTOU COMUNICANDO ESSES DADOS COM RESPONSABILIDADE?

- ☐ A fonte foi citada corretamente?
- ☐ As limitações dos dados foram informadas?
- ☐ Os resultados foram contextualizados?
- ☐ Os números ajudam a explicar o problema sem reforçar estigmas ou simplificações?

O CICLO DO USO RESPONSÁVEL DOS DADOS



O uso de dados é um processo contínuo. Cada resposta produz novas perguntas e fortalece a capacidade de compreender e enfrentar a violência de gênero.

PARA SEGUIR EM FRENTE

Enfrentar a violência de gênero exige políticas públicas consistentes, serviços fortalecidos e compromisso institucional. Também exige informações de qualidade.

Os dados, por si só, não transformam a realidade. Eles precisam ser interpretados de forma crítica, contextualizados e colocados em diálogo com as experiências das mulheres, com o conhecimento produzido por diferentes áreas e com os desafios enfrentados por quem atua na prevenção e no enfrentamento da violência.

É nesse encontro entre evidências e ação que os dados deixam de ser apenas números e se tornam instrumentos para revelar desigualdades, orientar decisões, fortalecer políticas públicas e ampliar a garantia de direitos.

Eles precisam ser interpretados, contextualizados e colocados em diálogo com as experiências das mulheres, o conhecimento produzido por diferentes áreas e o compromisso coletivo com a promoção dos direitos humanos. Assim, os dados se tornam instrumentos de transformação social.

O Mapa Nacional da Violência de Gênero foi criado com esse propósito: ampliar o acesso a informações qualificadas, reunindo diferentes fontes de dados em uma plataforma pública e gratuita. Esperamos que esta cartilha contribua para que gestores públicos, profissionais do sistema de justiça, pesquisadoras, jornalistas e organizações da sociedade civil utilizem essas evidências de forma cada vez mais crítica, responsável e comprometida com a promoção dos direitos das mulheres.

Porque compreender a realidade é o primeiro passo para transformá-la. E, quando os dados se tornam acessíveis, compreensíveis e úteis para a tomada de decisão, eles fortalecem a capacidade do Estado e da sociedade de enfrentar a violência de gênero e promover uma vida mais segura e digna para todas as mulheres.

FICHA TÉCNICA

Coordenação geral e concepção editorial
Vitória Régia Silva

Pesquisa e redação
Ana Luisa Ambrosim
Gabriela Costa

Edição
Bruna de Lara

Projeto gráfico e diagramação
Meyrele Torres

Realização
Gênero e Número

Apoio
Instituto Mattos Filho

Como citar esta publicação
GÊNERO E NÚMERO. ***Dados e evidências para o enfrentamento da violência de gênero: guia prático para compreender, interpretar e utilizar informações na formulação de políticas públicas***. Rio de Janeiro: Gênero e Número, 2026.

CONTINUE EXPLORANDO

Mapa Nacional da Violência de Gênero
senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/

Gênero e Número
generonumero.media

AGRADECIMENTOS

Esta cartilha foi desenvolvida pela **Gênero e Número**, com apoio do **Instituto Mattos Filho**, como parte das ações de fortalecimento do uso de dados e evidências para o enfrentamento da violência de gênero.

Agradecemos ao **Instituto Natura** e ao **Observatório da Mulher contra a Violência (OMV)** do **Senado Federal**, parceiros na construção e manutenção do **Mapa Nacional da Violência de Gênero**, iniciativa que amplia o acesso público a informações qualificadas e fortalece a produção de conhecimento para a promoção dos direitos das mulheres.